

Manifesto-Programa

Prof^a Mojana Vargas (DRI) e Prof^a Dr^a Helen Gonçalves (DA)

Candidatas a representantes Titular e Suplente do CCSA no CONSEPE –

Biênio 2022/2024

O CONSEPE aprovou, formal e democraticamente, depois de longo debate, a adoção de bonificação regional para o ingresso de estudantes na UFPB abrangendo estudantes cotistas. Mas a sua decisão foi desacetada pela reitoria, que implementou aquilo que defendia e foi derrotado no Conselho. Não obstante, o reitor-interventor fez uso da reserva de vagas para estudantes das escolas públicas para ingressar naquele que será seu terceiro curso de graduação. No começo deste ano de 2022 o mesmo CONSEPE decidiu pelo adiamento do início das aulas presenciais (seguindo proposta original da gestão, que mudou de posição e votou contrariamente) e deliberou pelo passaporte vacinal, ao lado de outras medidas, como condição para o retorno presencial. No dia seguinte da reunião a gestão emite uma nota distorcendo e modificando o que foi decidido, além de divulgar amplamente na imprensa versões falsas sobre a deliberação do CONSEPE. Em seguida o ocupante da reitoria veta, sem fundamentação legal, a decisão colegiada e representativa. Em poucas palavras, passa por cima do que foi discutido e deliberado pelo Conselho.

Não podemos minimizar a gravidade destes fatos: a UFPB vive uma crise institucional. Temos hoje na gestão central um reitor não-eleito que não respeita os órgãos deliberativos da universidade. Ao tentar impedir a votação do parecer favorável de um conselheiro à exigência do comprovante de vacinação para a retomada das atividades presenciais, o reitor-interventor e o procurador usaram de todos os meios disponíveis, como distorções e ameaças, para manipular os conselheiros, em evidente desrespeito ao órgão deliberativo que representa a comunidade universitária.

Ainda assim o Conselho apontou a necessidade exigir o comprovante de vacinação para toda comunidade universitária e instou o CONSUNI a se manifestar, instaurando um pacto coletivo de preservação da saúde e da segurança de todos no retorno às atividades presenciais. Apontou também – com base no relatório da Comissão de Biossegurança – que a universidade faça adequações mínimas de infraestrutura (como a abertura de janelas lacradas), permitindo condições de higiene nos espaços de uso coletivo. Não reconhecendo a legitimidade do CONSEPE e nem da Comissão institucional, o reitor não-eleito preferiu ameaçar com o veto à decisão do Conselho, o que de fato se concretizou no dia 21 de fevereiro.

Passamos por dois anos de pandemia e ensino remoto. Docentes, técnicos e estudantes deram continuidade às suas atividades profissionais e de estudo em condições de precariedade aprofundadas pela necessidade imediata de confinamento social sem a existência de uma infraestrutura adequada para apoiar esse novo esquema de trabalho e estudo. Apesar disso, mantivemos nossa atuação sempre visando o momento em que seria possível retomarmos as aulas, a pesquisa e o convívio que o ambiente universitário propicia. O retorno às atividades presenciais representa um grande desafio para toda a comunidade e requer a atuação coordenada de todas e todos para que possa ocorrer com segurança e responsabilidade. Infelizmente, nossa gestão central vem agindo no sentido contrário. A gestão institucional é um processo em si complexo e difícil. Num contexto inédito, grave, instável e impactante de pandemia, mais ainda. É uma tarefa coletiva da mais alta relevância e dificuldade. O fato de termos na reitoria uma pessoa que não recebeu

sequer um voto na eleição formal e teve votação inexpressiva na consulta prévia, não é um mero detalhe. Sem amparo na comunidade universitária, sem legitimidade, sem capacidade de – nem disposição ao – diálogo, o que se tem é uma ausência de planejamento mínimo, eficaz, com consequências diretas em nosso cotidiano.

O momento que atravessamos em nível nacional é delicado e afeta diretamente a UFPB, expressando-se no desrespeito às instâncias de deliberação colegiada que formam a base do funcionamento de nossa instituição e, nesse momento, todos que prezam a democracia, o diálogo e o bom senso devem se unir em torno de algo que é fundamental: a preservação dos colegiados acadêmicos, enquanto espaços coletivos e democráticos de tomada de decisão sobre temas de interesse acadêmico, científico e institucional. O CONSEPE, o CONSUNI, e os conselheiros e conselheiras que os compõem não podem se omitir na defesa da preservação da autonomia da universidade e de suas instâncias de decisão.

Mais do nunca, valorizar a nossa representação institucional é indispensável. O CONSEPE é um espaço de dissenso, no qual são construídas as definições que orientam e normatizam nossa vida acadêmica, mas que vem sendo sistematicamente desautorizado pelo reitor não-eleito. Isso exige reforçar e qualificar ainda mais a representação do CCSA nesse conselho, somando aos representantes atuais para afirmar que nenhuma autoridade individual pode se sobrepor à comunidade universitária que se expressa por meio dos conselheiros e conselheiras que integram os seus colegiados.

Como candidatas a representantes do CCSA no CONSEPE, Professora Helen Gonçalves (DA) e eu, Professora Mojana Vargas (DRI), não nos colocamos como representantes de nossos posicionamentos individuais ou mesmo de nossos respectivos departamentos. Nosso compromisso é de sermos porta-vozes das decisões e dos posicionamentos construídos coletivamente no colegiado do Centro e outros espaços coletivos do CCSA sobre as questões fundamentais para o andamento da vida acadêmica e institucional, afetando a vida de docentes, técnicos e estudantes. Para isso, manteremos sempre a abertura para o diálogo com nossos colegas do Conselho de Centro e dos Departamentos e Coordenações do CCSA, tal como fizemos nas ocasiões anteriores em que exercemos essa representação, eu no biênio 2011-2013 e Helen no biênio 2019-2021.

Nos colocamos especialmente em defesa da participação feminina nos processos decisórios da universidade. Termos mulheres nos Conselhos superiores, refletindo sua presença na universidade e sociedade, é mais do que discurso, é colocar em prática a construção de uma instituição mais diversa e igualitária.

O momento é de resistir aos ataques que vêm sendo desferidos à autonomia de nossa universidade, e os inúmeros problemas concretos que isto gera no nosso dia-a-dia. Entendemos que não deve haver passividade frente a esse quadro e acreditamos que, caso queiramos retomar a capacidade de fazer um planejamento democrático, ético, e eficiente da universidade nesta conjuntura tão difícil, o caminho passa por valorizar, qualificar e reforçar nossa participação no CONSEPE.

Com este manifesto-programa, expomos as diretrizes que orientarão nossa ação caso sejamos eleitas representantes do CCSA no CONSEPE e desde já nos colocamos à disposição de todas e todos que quiserem participar dessa construção, seja com críticas ou sugestões, e agradecemos antecipadamente pela confiança que nos for depositada por meio de seus votos na eleição remota que ocorrerá dia 28/03/2022, via SIGEleição.

Professora Mojana Vargas – DRI/CCSA
Titular

Professora Helen Gonçalves – DA/CCSA
Suplente